

## A CONFLITIVA POSSE DA TERRA NO NORTE MATO-GROSSENSE

Josemar Pedro Lorenzetti\*  
josemarlorenzetti@gmail.com

### RESUMO

O presente artigo aborda a ocupação e a posse da terra no norte mato-grossense sob as categorias de análise de José de Souza Martins, buscando estabelecer os diferentes momentos do processo de expansão da fronteira (Frente de Expansão X Frente Pioneira). Dessa forma, ao problematizar a ocupação humana sobre a região Amazônica, com informações a respeito dos conflitos sociais e das expectativas frustradas de posse da terra almejada, mostramos o sonho da terra sendo utilizado como isca, ao transferir conflitos sociais de outras regiões do país. Esses projetos no norte mato-grossense, incluindo a cidade de Sinop, tornaram-se uma armadilha, porque os problemas ambientais estão retomando, revendo e possivelmente, anulando os movimentos expansionistas. A questão ambiental (produção tradicional, sustentabilidade, biodiversidade, terras indígenas...) é um problema-síntese para se repensar a fronteira, pois reaviva os conflitos entre os diferentes grupos sociais que vivenciaram este processo.

**Palavras-chave:** Fronteira. Conflitos sociais. Questões ambientais.

### 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade chegam a nós as histórias sobre a luta pela terra e as migrações realizadas com o objetivo de apropriação desta, pelos diferentes agrupamentos humanos. As histórias bíblicas, os relatos a respeito das civilizações Greco-Romanas, as narrativas sobre a descoberta e ocupação da América e da constituição do Brasil, estão permeadas por guerras pela posse da terra.

As crescentes buscas pela ocupação do território ocasionam as frentes de expansão e o fenômeno da fronteira. Estas são perenes quando circunscritas ao espaço, porque sempre estiveram presentes no imaginário social daqueles que almejam explorar vieses econômicos nas reservas de riquezas naturais que a humanidade buscou nesses últimos milênios, e que, de certa forma, possibilitaram a ocupação ou o desenvolvimento da mesma.

O caso brasileiro é bastante expressivo nesse sentido, pois nossa sociedade se constituiu, sua história foi escrita, na expansão sobre outras sociedades, sobre o diferente inferiorizado ou subjugado. Para as Ciências Sociais, este fato é revelador e desvelador, no sentido que possibilita a compreensão da sociedade brasileira, uma vez que o fenômeno das Frentes de Expansão, ao permitirem a determinados agrupamentos a posse da terra, configuram a sociedade.

---

\* Professor do ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFMT/Campus Confresa). Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS).

O registro histórico da sociedade brasileira não deixa dúvida da transitoriedade espacial da região da fronteira. A exposição crítica desses fatores, bem como o ideal de progresso e civilização que acompanham os atores sociais desse processo, é o tema do presente texto. Nosso olhar aborda o norte mato-grossense, sob o embasamento de autores da região de Sinop, por ser esta uma região de recente ocupação, tendo sido palco das Frentes de Expansão até os anos 1970, e Frente Pioneira até os anos 1990. a região de Sinop também possui muita proximidade com os problemas ambientais decorrentes do processo de colonização, e por isso é possível ver mais nitidamente e amplamente, deste processo de avanço da fronteira, o imaginário social que acompanha os sujeitos que vivenciaram esta transição, secularmente presente nas sociedades humanas.

Propomo-nos o resgate dos movimentos de ocupação do norte mato-grossense registradas na literatura. Para isso diferenciamos as Frentes que expandiram a fronteira da civilização: a Frente de Expansão e a Frente Pioneira, como definiu José de Souza Martins<sup>1</sup>, ao identificar os atores sociais que incentivaram, contribuíram ou concretizaram essa ocupação do novo território. Pois, o apontamento dos interesses dos indivíduos e dos grupos, bem como suas justificativas para este processo, auxilia na compreensão do avanço da fronteira sobre a floresta e as terras da Amazônia.

Também, para discutir a questão agrária brasileira, fizemos uso das contribuições de Octavio Ianni<sup>2</sup>, pois a implantação destas cidades foi um projeto nacional para resolver conflitos agrários, e a região norte mato-grossense foi utilizada como válvula de escape para outras que vivenciaram disputas sociais envolvendo a posse da terra. Outro autor, Jacobi<sup>3</sup>, será nosso interlocutor para o embasamento das questões ambientais, na medida em que esta problemática faz retornar toda a discussão do problema ambiental (as formas de produção tradicionais, os sistemas de produção que não devastavam para produzir – são sustentáveis, a necessidade da biodiversidade, as terra dos povos indígenas...), temática que apontamos como o problema-síntese daquilo que o presente texto teorizou.

---

<sup>1</sup> Principalmente tomando por referência o livro “*Fronteira – a degradação do Outro nos Confins do humano*”, onde José de Souza Martins faz a diferenciação entre Frentes de Ocupação: Expansão e Pioneiras.

<sup>2</sup> Utilizaremos o texto de Octavio Ianni chamado “*Origens agrárias do Estado Brasileiro*” para embasamento da reflexão sobre esta questão, principalmente porque, na história da Sociologia Brasileira, Ianni foi um dos primeiros Sociólogos a ocupar-se com o rural enquanto outros viam apenas as influências do industrial-urbano sobre a sociedade brasileira.

<sup>3</sup> O Autor Pedro Jacobi, no texto “*Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas*”, será nosso interlocutor para abordar, do ponto de vista das Ciências Sociais, a questão ambiental, tema relativamente novo na Sociologia Brasileira e que compõe o que chamamos de Novos Movimentos Sociais.

## **2 A OCUPAÇÃO DE SINOP: OS MÚLTIPLOS INTERESSES E AS ESPERANÇAS**

A implantação do município de Sinop ocorreu no início dos anos 1970, conforme Santos (2007, p. 13) “já no início da abertura da BR 163, em 1971, várias empresas colonizadoras começam a se estabelecer no médio e centro norte de Mato Grosso, dentre elas a Colonizadora Sinop”. Mas é necessário situar o avanço das Frentes de Expansão conforme a definição de Martins (1997), em oposição a esse período, ocorrida anteriormente àquele registrado. Quem definitivamente oficializou o registro da posse da terra foi a Frente Pioneira, muito embora esta apenas substituiu a Frente de Expansão, que chegou antes.

A cidade de Sinop está localizada na “Amazônia Legal” brasileira e por isso o entendimento da ocupação dessa terra deve considerar os aspectos históricos. Nesse sentido, a posse desse território precisa considerar pelo menos três séculos da história do Brasil. Foi no ano de 1719, com a descoberta do ouro em Cuiabá, o primeiro atrativo de fato, para que a nação colocasse em debate a necessidade de ocupação e demarcação definitiva do local, a fim de garantir sua posse, disputando-a com as sociedades espanholas vizinhas.

Os primeiros dois séculos da história amazônica foram marcados pela consolidação da região como Frente de Expansão. Sua maior característica é a transitoriedade da ocupação e do uso dos rios como fonte de acesso: sua economia é majoritariamente de subsistência, baseada principalmente no extrativismo (ouro, diamante, drogas do sertão, castanha, borracha, etc.) e o barco é o principal meio de transporte.

Somente no século XX a Amazônia brasileira tornou-se uma área de fronteira. As iniciativas que pretendiam fomentar a urbanização da Amazônia tiveram seu planejamento executado a partir da cidade do Rio de Janeiro, sob o governo de Getúlio Vargas, que propôs, em 1937, uma “marcha para o Oeste” e a “Expedição Roncador-Xingu” em 1943. Houve, nesse sentido, comandadas pelo governo central, algumas expedições que pretendiam “semear<sup>4</sup>” cidades pelo território “virgem”, além da criação de órgãos estatais responsabilizados por propiciar a legalização das terras àqueles que levam a civilização para as terras novas. Isso significava desmatar a área, uma vez que, sob a ótica do invasor, a área de floresta não podia ser classificada como “civilizada”.

---

<sup>4</sup> Conforme Souza (2004) essas marchas semearam cidades em algumas regiões do Mato Grosso, abrindo picadas para a construção de cidades e implantando postos avançados da administração pública.

Entretanto, todas as iniciativas do período 1930-1950 alimentaram em Mato Grosso a Frente de Expansão, com uma economia de subsistência de base extrativista, ligada, por exemplo, a comercialização de uma planta medicinal, a Poaia. As cidades nesse período continuavam sendo apenas sedes administrativas, cuja importância residia no fato de que garantiam ao país a posse legal do referido território, uma preocupação que sempre acompanhou as iniciativas de ocupação na Amazônia.

Especificamente para o nosso objeto de estudo, o norte Mato-grossense, nenhuma cidade foi fundada nesse local até a década de 1970. Entretanto, além das tribos indígenas ainda desconhecidas da 'civilização', existiam picadas abertas para o transporte de produtos extraídos da mata, haviam algumas fazendas instaladas (algumas inclusive com a documentação legalizada) e povos ribeirinhos, significando que a Frente de Expansão havia se instalado no local.

Este cenário foi totalmente transformado com as medidas adotadas pelo governo militar após o golpe de 1964, surgindo o Programa de Integração Nacional (PIN):

O programa de Integração Nacional, Sancionado em 1970 pelo presidente da República, Gen. Emílio G. Médici, entre outros motivos, tinha por objetivo esvaziar as tensões existentes na região sudeste, sul e nordeste, deslocando grandes contingentes de migrantes. Esses migrantes foram atraídos pela propaganda de terras férteis, de incentivos fiscais e financeiros, justificada pela suposta necessidade de levar os homens sem-terra para as terras sem homens (Médici) (SOUZA, 2004, p. 44-45).

Se a ditadura provocou grandes transformações na sociedade contemporânea brasileira, suas ações, em nome da ideologia da ocupação, ocasionaram também grandes devastações do meio ambiente e a conseqüente movimentação da fronteira a partir de 1970.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que tem tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1997, p. 150).

A abertura de cidades no norte do Mato Grosso nesse período trouxe para esta região a Frente Pioneira, gerando disputas com os atores sociais da Frente de Expansão e marcou com a violência a posse dessa terra. Utilizamos como parâmetros a década 1970 como início da ocupação e os anos de 1990 como consolidação da Frente Pioneira, com base nos indícios da

forma como a economia local é gerenciada, especialmente pelo elemento de modernização da economia, uma das ideias-chave dos pioneiros:

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da civilização, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a Frente de Expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a Frente de Expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a Frente Pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 1997, p. 158).

A partir do ano de 1970 intensifica-se a ocupação da Amazônia e isto se dá novamente (a exemplo das medidas de 1937 do governo de Getúlio Vargas), com amplo apoio estatal. A diferença reside no acordo com as empresas particulares do ramo imobiliário. No início desta década foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que iniciou uma rápida demarcação de áreas propícias para a colonização, e ao mesmo tempo, selecionou empresas para fazer a abertura das vias de acesso e a venda dos lotes aos migrantes. Foi necessário também a instalação de aparelhos estatais nas áreas colonizadas.

Assim, com a bênção do Governo Federal, dezenas de empresários formalizaram a posse da terra. Em alguns casos houve compra de alguns hectares (SANTOS, 2007), onde já haviam fazendas, abertas para fins de extração de produtos florestais, que, sem infraestrutura ou cultivo da terra, não tinham muito valor comercial.

A totalidade dos habitantes da Frente de Expansão é desconsiderada, uma vez que não possuem nenhum registro de propriedade. As populações nativas são transferidas para áreas demarcadas, seu espaço é reduzido, tomado, sem fazer-lhes nenhuma consulta. A história, do ponto de vista do pioneiro, não dá espaço a estas pessoas, como nos conta um historiador identificado com o pioneirismo:

No início da década de 1970, o colonizador Enio Pipino volta suas atenções para o Norte de Mato Grosso, na época um imenso vazio demográfico, ocupado somente pela exuberante floresta Amazônica e na imensa área de 645 mil hectares denominada Gleba Celeste, na altura do Km 500 da rodovia Cuiabá - Santarém (BR 163) que ainda se encontrava apenas no projeto, inicia a colonização da Gleba (SANTOS, 2007, p. 25).

O norte mato-grossense era ocupado somente pela floresta? E os ribeirinhos? E os Poairos<sup>5</sup>? E as populações Indígenas? É claro que os outros agentes da expansão sucumbiram frente ao poder econômico da Frente Pioneira.

A fronteira avança sobre os povos indígenas em todo o norte de Mato Grosso. Em uma área de milhões de quilômetros quadrados são plantadas cidades e fazendas em um primeiro momento, asfalto e indústrias, posteriormente. Quem avança é o Brasil civilizado, concretizado pelos atores sociais de outras regiões, atraídos pelo imaginário da posse da terra, na expectativa da fartura paradisíaca. Ao diferenciar aquele que avança sobre a terra com o título de propriedade daquele que apenas nela residia, verificamos que a consolidação da Frente Pioneira não se dá sem conflitos:

Quando uma área de economia natural é alcançada pela expansão da economia de mercado, as terras evidentemente são valorizadas; em consequência, o conflito de interesses se aguça. Numa região em que há posseiros, isto é, indivíduos que, sem deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo, as tensões se acentuam, especialmente com aqueles que possuem títulos legais de sua posse; ou então com os chamados grileiros, que obtêm escrituras falsas de propriedade. O mesmo ocorre com os pequenos arrendatários e os sitiantes, que resistem penas transitórias às pressões do sistema. A história recente da sociedade rural brasileira conta com diversos conflitos dessa natureza (IANNI, 1984, p.105).

E, novamente, José de Souza Martins (1997, p.15) complementa que “as concepções centradas na figura imaginária do pioneiro deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira”. Isto é, do ponto de vista do Pioneiro ou daquele que assim se denomina, não houve violência, mas heroísmo do tipo bandeirante, uma saga profética a relatar. Porém, para muitos daqueles que se dispuseram a migrar, a concretização do ideal de tornar-se dono da terra não é possível, visto que uma série de fatores dificulta este sonho. Para os migrantes que dispõem de recursos, que podem adquirir a terra através da compra, que possuem capital para se instalar em regiões colonizadas por empresas particulares, há maiores condições para o sucesso de sua fixação.

Por isso percebemos que todas as iniciativas da Frente de Expansão, implantadas naturalmente há séculos e estimuladas pelos governos até a década de 1950, foram comparativamente ineficazes frente as iniciativas da Frente Pioneira. As empresas particulares, além de contar com toda a infraestrutura estatal fornecida pelo INCRA, inclusive na oferta de serviços públicos, recebiam incentivos fiscais através de empréstimos a juros baixos. Quem efetivamente pagou parte dos custos de implantação dos projetos, como é o

---

<sup>5</sup> Poairo refere-se ao profissional que sobrevive do extrativismo da Poaia, planta do mesmo nome, utilizada para produção de medicamento em laboratórios.

caso de Sinop, cujo nome da cidade é a sigla da empresa colonizadora (Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná), foi o governo federal, sob o pretexto de ocupar a Amazônia brasileira para não entregá-la em um projeto de desconstrução da Frente de Expansão para a implantação dos projetos ideológicos de modernidade da Frente Pioneira.

A forma da posse da terra legalizada pelos órgãos federais é também um caso a ser questionado. Ao lado de áreas adquiridas mediante compra, que é percentual ínfimo, as empresas colonizadoras apropriaram-se de terras da união, consideradas devolutas, depois de conseguir uma declaração oficial de que não mais eram terras indígenas:

É importante ressaltar que já na década de 1950, extensas área de terras localizadas no médio norte do Mato Grosso [...] pertencentes ao Estado, denominadas “terras devolutas” começam a ser ocupadas por grandes latifundiários [...]. Na década de 1960, várias fazendas de grande porte são abertas e dentre elas destacamos as que ficavam na região em que na década seguinte surgiria o Município de Sinop (SOUSA, 2007, p. 11)

Os índios foram um problema secundário. No norte de Mato Grosso todas as cidades que foram erguidas optavam por transferir os grupos indígenas para o Parque Nacional do Xingu, edificado para este fim. Não existe nenhum registro de que algum valor tenha sido repassado para a união, como resultado destas desapropriações.

Nos anos 1990 a Frente Pioneira já havia concretizada a posse da terra no norte de Mato Grosso. As populações indígenas foram agrupadas e conduzidas para as reservas, os povos ribeirinhos foram encaminhados para as periferias das cidades plantadas, a fim servir de mão-de-obra no trabalho de peões de fazendas monocultoras. Instituiu-se a extração madeireira, o plantio de milho e soja e a criação de gado de corte como alternativas econômicas viáveis para a região, não que houvera um estudo dessa viabilidade, simplesmente porque era essa a cultura de produção daqueles que migraram.

Foram vários os fatores que expulsaram indivíduos despreparados para serem “os desbravadores” ou “os novos bandeirantes do século XX”, como se auto-intitulavam os primeiros migrantes da Frente Pioneira de Mato Grosso, na época da colonização pós anos 1970. Isso porque, os altos investimentos em maquinário pesado, a necessidade de adaptação à terra e a correção desta com calcário, sem a qual a produção em escala é inviável, foram fatores que quase inviabilizaram a economia. Havia as doenças, como a Malária, que eram desconhecidas, mas tornaram-se epidemias entre essas populações recém-instaladas. A distância impedia o comércio rentável.

Para as empresas colonizadoras, a desistência de muitas pessoas não era motivo para diminuir o ânimo em relação ao empreendimento. Um lote abandonado ou um lote não

desmatado podia ser o pretexto para uma nova venda da área, gerando receita dupla, mesmo que isso tenha também causado dupla documentação, de diferentes donos, a partir de um só pedaço de chão. A desistência de agricultores também podia ser uma arma para a obtenção de recursos federais, como por exemplo, na implantação de projetos industriais, abertura e consolidação de rodovias pavimentadas e transferência de mais serviços públicos para as novas áreas.

O projeto militar em relação à Amazônia, sintetizado no ideal de “ocupar para não entregar”, foi o meio para que as empresas capitalistas de terras, da Frente Pioneira, pudessem, com maior êxito, aumentar seu patrimônio. Sendo do interesse do governo militar a implantação dessas cidades, todas as iniciativas, todas as práticas de boa vontade no sentido de ajudar as populações, eram apropriadas por empresas particulares. O Estado, dominado pelo golpe de 1964, fez o papel de cego, consciente ou não, da apropriação particular dos bens públicos, especialmente da terra.

Onde estão aqueles sujeitos que não conseguiram se fixar nessa terra? Para alguns houve a possibilidade de avançar rumo a outras Frentes de Expansão, principalmente nas regiões de mineração informal de ouro, na divisa do estado de Mato Grosso com o Pará. Outros retornaram para a região de origem, passando a engrossar as fileiras daqueles que incham as periferias das cidades. Mas a maioria acabou adaptando suas expectativas às realidades da nova ocupação.

Assistimos assim a formação do trabalhador braçal, desapropriado de seu pecúlio que conseguiu vendendo bens ao sair de sua terra natal, garantir sua sobrevivência física no trabalho árduo como peão de monocultura, projetando o sonho de melhores dias para sua descendência. Este processo foi denominado por Ianni (1984) de “constituição do proletariado agrícola”, momento em que todas as relações interpessoais são realizadas mediante pagamento, assim como toda relação com a terra e com a natureza é uma relação de posse e de lucro:

Hoje, a mentalidade capitalista e os padrões ‘racionais’ de administração, produção etc. estendem-se por áreas cada vez mais amplas. Os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda, como componentes de uma estrutura patrimonial, estão se transformando em camarada, diarista, mensalista ou volante. O que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam cada vez mais onerosas, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente predeterminados. Dessa forma liquidam-se pouco a pouco os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora transformado em empresário e proletário (IANNI, 1984, p. 101).



Não há mais espaço para quem vive da riqueza natural da Amazônia, como ocorria com os agentes da economia na Frente de Expansão. Para a Frente Pioneira, racionalizada e capitalizada, o projeto econômico objetiva inserir o modelo da agropecuária. A floresta foi destruída, o sonho, adaptado.

### **3 A QUESTÃO AMBIENTAL NA FRONTEIRA**

A questão ambiental na região de Sinop é complexa, um palco múltiplo onde não há ainda o consenso e uma solução possível, ao menos em curto prazo. No momento da expansão da fronteira, do ponto de vista daqueles que fizeram a história – a Frente Pioneira, não havia um problema ambiental. O excesso de vegetação impedia a sobrevivência dos indivíduos e a realização de seus projetos, por isso era um entrave. A solução para o problema da existência do ambiente natural era sua devastação, não sua conservação.

Nesse sentido, não havia conhecimento para se realizar a produção econômica em meio ao ambiente natural e não havia a predisposição cultural em adaptar o homem à natureza. Os agrupamentos humanos que se dirigiam para as novas terras estavam trazendo consigo um modo de vida, cuja proposta era apenas modificar o ambiente existente, adaptando-o a suas necessidades. Um abismo é criado entre sociedade e natureza, o que não é nenhuma novidade, pois nossa tradição cultural, que já possui ao menos dois milênios, sempre teve essa atitude quando se deparava com um novo território.

A sociedade que se consolida no novo espaço reproduz o conhecimento das outras regiões, efetua o plantio daquilo que conhece e não aprende a sobreviver com os frutos que a natureza oferece. Os padrões naturais são adaptados à cultura migrante. Se quisermos problematizar as motivações que acompanharam os atores sociais que empreenderam essa tarefa, é necessário diferenciar os objetivos da Frente de Expansão e da Frente Pioneira, bem como os interesses dos diferentes sujeitos que, no conjunto, foram os responsáveis pelo “plantio” da nova cidade, Sinop.

Primeiramente, havia no país um clima de euforia em relação a descoberta e ocupação de novos espaços de terra, associados a ideia de que em tais lugares as oportunidades de melhoria de vida estavam acessíveis. Portanto, os migrantes que ocupam o novo espaço, o fazem motivados pela esperança de garantir posse a seus descendentes, além de auferir a riqueza material momentânea, obtendo a sonhada prosperidade.

Também é necessário observar que os sujeitos que encabeçam a Frente Pioneira, que trazem consigo o ideal do progresso, nas palavras de Martins (1997, p. 158) “são os agentes da civilização, da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista”, isto é, utilizam-se do capital para transformar o espaço com a inserção de um modelo econômico que visa o lucro.

Havia um discurso não oficial, de que era necessária a retirada da cobertura vegetal dos lotes para que fosse garantida a posse desta terra e por isso podemos problematizar o conceito de progresso, tão caro àqueles que consolidavam a Frente Pioneira em Sinop. O discurso da Frente Pioneira e do governo federal desde a década de 1970 em relação ao meio ambiente trazia uma noção ambígua de preservação: de um lado, havia a pressão internacional, mas de outro a ideia de progresso conseguido através da exploração da mata:

Ainda assim, em 1973 as agências ambientais passam a integrar o cenário nacional com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente -SEMA-, vinculada ao Ministério do Interior, com a função de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. Também nesta época alguns estados mais industrializados vão criar as primeiras agências ambientais para controle da poluição, como a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo, e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), no Rio de Janeiro. Estas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. Predominava ainda a ideia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais (JACOBI, 2003, p. 03).

Pela ótica governamental, cria-se as agências que visam conservar sem interferir no processo de modernização do país. Esta noção encontra eco nos discursos dos pioneiros, que evocam a necessidade do progresso, que superaria as dificuldades da colonização e traria conforto para todos aqueles que, neste processo, estavam sobrecarregados de trabalho árduo. As publicações existentes retratam muito bem o que pensavam os colonizadores, como neste pronunciamento do proprietário da empresa colonizadora de Sinop:

A Gleba Celeste era um mundo verde, dormindo, na solidão da Amazônia. Transformamos o seu rosto, abrindo clareiras e picadas na mata virgem. E nasceram os primeiros povoados, esperançosas cidades de hoje, crianças ainda, mas correndo, céleres, para o progresso.  
E lavradores enfeitaram de roças novas as terras. E templos de fé passaram a glorificar a Deus. E o comércio se tornou forte e a indústria já anuncia rolos de fumaça nas chaminés e gritos de sirenes acordando a distancia.  
E neste novo mundo, esperançoso e feliz, crianças aprendem a suas primeiras letras e os jovens conquistam bancos colegiais. Como é bom alargar fronteiras da nossa pátria! Como é dádioso o ideal que se enfeita de realizações!

Agora, a gleba celeste acena para o Brasil como um novo mundo de riqueza e civilização – prêmio maior ao nosso ideal de plantar cidades, vendo a terra abrir-se em floradas e anunciar milagre da colheita. (colonizador Enio Pipino, Revista Sinop, apud SOUZA, 2004, p. 138).

Assim, o progresso, no processo de implantação da Frente Pioneira, foi apresentado como finalidade, ou razão de ser, das cidades construídas. Entendido como aumento da disponibilidade de bens, serviços e comodidade, o progresso não se harmonizava com a preservação ambiental. O migrante desloca-se na direção de novas regiões em busca de melhores condições de vida, migra com vontade de trabalhar. Ao associar os desejos que o fazem migrar, o resultado concreto é a mudança na paisagem natural para que ele se assemelhe ao ideal que carrega consigo, existente na região de origem. As especificidades da natureza não foram conhecidas nem consideradas.

O desmatamento é muito visível em Sinop e região. Sem dúvida, é um dos problemas ambientais mais destacados, juntamente com a poluição do ar. Há extensas áreas desmatadas para diferentes fins, inicialmente para a extração de madeiras, atualmente para a agricultura e pecuária. No período de maior produção industrial, que combina com a “época da seca” em Sinop, a poluição do ar é significativa, principalmente no cotidiano da área urbana, produzida pela queimada dos restos de madeira ao ar livre, nas áreas abertas das madeireiras, e da fumaça que emana dos fornos, pois as madeireiras estão implantadas no perímetro urbano da cidade (SOUZA, 2004, p. 240).

O período de consolidação da Frente Pioneira é marcado pela devastação ambiental com a finalidade de criar condições de implantação dos projetos de cidades e da agricultura comercial. No primeiro momento utiliza-se de toda riqueza natural disponível, ao ponto da primeira atividade econômica expressiva estar ligada ao extrativismo madeireiro. Sendo a atividade madeireira apenas transitória, existindo o objetivo de fixar o migrante, não houve a preocupação com a preservação da mata nativa. O imaginário da riqueza está associado à posse da terra, e a cobertura de mata virgem indicava um bem sem valor.

A maior parte da madeira, inclusive as variedades nobres, foram sistematicamente queimadas para dar origem às estradas e monoculturas comerciais. Assim, na década de 1990, já não havia reservas florestais a serem exploradas nas proximidades dos núcleos populacionais e as novas culturas agrícolas (monocultura do arroz, soja e milho) estavam consolidadas.

Essas modificações na paisagem natural ocasionaram a reflexão sobre a legalidade de todo processo de colonização da região de Sinop, o que gerou conflitos sociais entre os diversos setores da economia, transparecendo nos discursos dos representantes das

associações locais. É, por isso, um problema que sintetiza a ocupação e a continuidade do ideal de progresso, projetado para este local.

Este conflito social marca posições bem distintas. De um lado há os grupos ligados à Frente Pioneira, que contestam a criminalização da devastação ambiental e questionam a legalidade da obrigatoriedade das reservas a serem implantadas, visto que eles possuem os documentos legais de posse da terra, reconhecidos e concedidos pelo Estado. De outro lado, há os movimentos ambientais, como as ONGs, as tribos indígenas e os antigos posseiros de áreas ribeirinhas, que se utilizam do discurso de proteção dos recursos naturais para, em diálogo problematizador da realidade consolidada, conseguir o seu espaço e a sua posse.

A legislação nacional que rege a questão ambiental, especialmente a preservação da floresta, nunca foi efetivamente implantada, sendo mais uma lei que não conseguiu força institucional para converter o problema social em demanda. Segundo a normativa, a região de Sinop está na Amazônia Legal, o que significa que as áreas ocupadas, os lotes de terra transformados em unidades de produção, não podem desmatar mais de vinte por cento de sua área. Contudo, a prática implantada foi a devastação total.

A própria legislação foi problemática. Até o ano de 1997, o Estado, ao conceder o título de posse, inscrevia no documento que o ocupante poderia devastar até o percentual de cinquenta por cento, limite nunca respeitado. Também havia restrição quanto a derrubada de certas espécies, consideradas de preservação obrigatória, como é o caso da Castanheira (*Bertholletia excelsa*). Toda a região onde se situa Sinop é rica em árvores dessa espécie. A exploração da castanha-do-pará é viável economicamente, consegue superar os ganhos com a monocultura da soja ou do gado de corte, mas incrivelmente, e apesar do apoio da legislação, nunca foi uma atividade concretizada por qualquer agente, fosse particular, fosse estatal.

Com isso se evidencia as motivações e os interesses dos migrantes ao consolidarem uma fronteira agrícola, especialmente nos últimos anos, sendo esta uma simples cópia de modelos considerados civilizados, de outras regiões do país. A natureza é entrave, obstáculo, símbolo do atraso. A devastação, a fumaça, as sirenes das indústrias, nas palavras do colonizador Enio Pipino reproduzidas nas páginas anteriores, ainda podem nos orgulhar?

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pudemos perceber a existência de conflito entre grupos com interesses divergentes quando se trata da questão ambiental. Estes fatos têm adquirido uma importância cada vez

maior, pois os debates em torno da questão ambiental têm a capacidade de reconfigurar os espaços de ocupação do território do norte de Mato Grosso<sup>6</sup>. Os grupos econômicos que representam a Frente Pioneira, como é o caso da bancada ruralista, possuem ampla representatividade e força política, o que também é o caso dos grupos ligados à noção de proteção da diversidade ambiental, que também conseguiram inserir uma agenda de proposições nos partidos políticos, mas especialmente em outros movimentos sociais, caso das ONGs.

Casos de retomada das terras, como os exemplos das demarcações de novas reservas indígenas, aguçam os conflitos e os tornam atuais, já que existem vários processos de demarcação em curso. Nesse sentido, existe a necessidade de repensar a economia da região, visto que todo o norte mato-grossense devastou mais área do que permite a legislação e a implantação da Frente Pioneira ainda está na memória dos representantes da Frente de Expansão, que na última década passaram a se mobilizar por seus interesses.

Naturalmente que a força de oposição ao discurso do pioneiro está sendo reforçada com essas ações que abrem espaço para as práticas alternativas de grupos tradicionalmente relegados a submissão, auxiliando a inserção de novas formas econômicas sustentáveis na relação com o meio ambiente. Também permitem pensar a questão ambiental em um contexto maior do que a simples preservação do bioma, abrangendo também as sociedades tradicionais que, pela presença consolidada de várias décadas, reivindicam a posse definitiva para legalizar sua existência frente aos grupos econômicos e ao Estado.

As ações contestatórias ao projeto da Frente Pioneira, que já consolidou a posse da terra através do registro, nas mais recentes ações do Estado, que devolve terras aos povos tradicionais, indica uma reversão na forma como ocorreu a expansão do projeto civilizatório no norte mato-grossense no último século. De alguma forma, a luta dos movimentos sociais, que inauguraram a temática a respeito da questão ambiental, pode ser ponto de contestação sobre as práticas usuais de distribuição da terra com base na compra e venda.

A questão ambiental torna-se, desta forma, um novo ponto de partida, uma instância inspiradora de projetos sociais para o conflitivo espaço, das sempre atuais questões de disputas agrárias.

---

<sup>6</sup> Exemplo disso são os processos de desocupação da Terra Indígena de Marãiwatsédé, no município de Alto Boa Vista (nordeste mato-grossense, a 1.064 quilômetros de Cuiabá), a criação da reserva indígena Kaiaby no município de Apiacás (extremo Norte mato-grossense, a 950 Km de Cuiabá) nos anos de 2012/2013 e os debates sobre novas demarcações previstas.

## THE CONFLICTING LAND DISPUTE IN NORTH MATO GROSSO

### ABSTRACT

This article discusses the occupation and possession of the land in northern Mato Grosso under the categories of analysis José de Souza Martins, seeking to establish the different moments of the process of frontier expansion (Expansion Front Front Pioneer X). Thus, to discuss the human occupation of the Amazon region, with information about the social conflicts and the disappointed expectations of tenure desired, show the dream of the land being used as bait by transferring social conflicts in other regions of the country. These projects in northern Mato Grosso, including the city of Sinop, became a trap, because environmental problems are returning, reviewing, and possibly voiding expansionist movements. The environmental issue (traditional production, sustainability, biodiversity, indigenous lands ...) is a synthesis problem for rethinking the border because revives conflicts between different social groups who have experienced this process.

**Keywords:** Border. Social conflict. Environmental issues.

### REFERÊNCIAS

- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (Org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A Degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SANTOS, Luiz Erardi F. **Raízes da história de Sinop**. Sinop: Grafitec, 2007.
- SOUZA, Edison A. **Sinop – História, imagens e relatos**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2004.

Recebido em 11 de abril de 2013. Aprovado em 17 de junho de 2013.